



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 988/11

Proíbe a utilização de equipamentos em veículos que produzam som em nível de pressão sonora acima de oitenta decibéis.

Art. 1º Fica proibida a utilização de equipamentos em veículos que produzam som em nível de pressão sonora acima de oitenta decibéis, medidos a sete metros de distância do veículo em vias públicas.

Parágrafo único. A medição da pressão sonora de que trata o *caput* deste artigo se fará em via aberta à circulação com a utilização de decibelímetro, reconhecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Art. 2º Excetuam-se ao disposto no art. 1º desta Lei os ruídos produzidos por:

I – buzinas, alarmes, sinalizadores de marcha à ré, sirenes, pelo motor e demais componentes obrigatórios do próprio veículo;

II – veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação e entretenimento;

III – comunicação, desde que estejam portando autorização emitida pelo órgão competente;

IV – veículos de competição e os veículos de entretenimento público, somente quando estiverem em locais de competição ou de apresentação devidamente estabelecidos e permitidos pelas autoridades competentes.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas que instalarem os equipamentos de som em desacordo com o permitido nesta Lei ficam sujeitas às mesmas sanções que o proprietário do veículo.

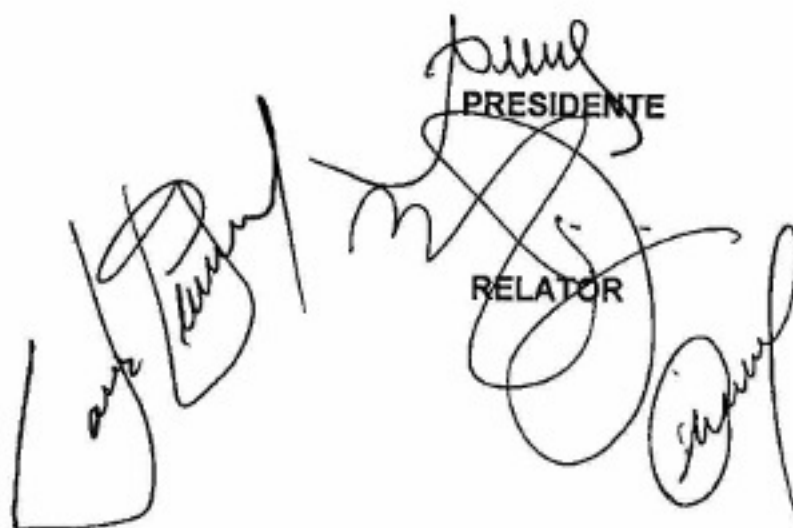
Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos do inciso V da Lei Estadual nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, e da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A autoridade fiscalizadora deverá recolher o equipamento instalado no veículo e mantê-lo em sua posse até que se regularize o som em nível de pressão sonora abaixo de oitenta decibéis medidos a sete metros de distância do veículo em vias públicas.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará em autuação e multa no valor pecuniário de dez a cem Unidades Padrão Fiscal do Paraná – UPF/PR e em caso de reincidência a multa será em dobro, assim sucessivamente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2012.



The image shows two handwritten signatures with corresponding printed labels. The top signature is over the word "PRESIDENTE" and the bottom signature is over the word "RELATOR". To the left of these, there is another signature that appears to be "Ass.". The signatures are written in black ink on a white background.

PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


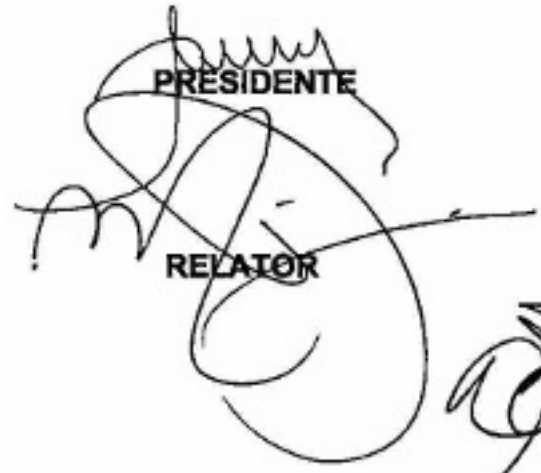

Redação Final ao Projeto de Lei nº 330/12

Declara de Utilidade Pública o Centro de
Orientação e Apoio Sócio-Familiar do
Adolescente em Liberdade Assistida - COAALA,
com sede e foro no Município de Jaguariáiva.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de
Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Adolescente em Liberdade
Assistida - COAALA, com sede e foro no Município de Jaguariáiva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2012.

PRESIDENTE

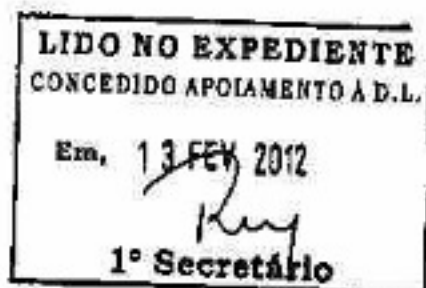
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



PROJETO DE LEI N. 017/2012.



Súmula: Institui a Medalha de Mérito Agropecuário "Excelência da Produção".

Art. 1º. Fica instituída a medalha de mérito agropecuário "Excelência da Produção", de frequência anual, a ser concedida a pessoas físicas ou jurídicas instaladas no Estado do Paraná, que se destacaram na produção agropecuária, no uso de tecnologia moderna, respeito ao meio-ambiente, na defesa da propriedade e de respeito à função social da mesma.

Art. 2º. Cada Parlamentar com assento na Assembléia Legislativa do Paraná indicará, de acordo com o art. 1º, uma pessoa ou entidade a ser homenageada.

Art. 3º. A medalha será entregue aos homenageados em sessão solene a ser realizada preferencialmente no dia 28 de julho de cada ano, Dia Nacional do Agricultor, conforme instituído pelo Decreto 48.630, de 27/07/1960.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2012.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

1459 13/02/2012 08:06:06 OF. SECRETARIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA

O Estado Paraná tem sua economia voltada principalmente para a produção agropecuária e esse é um dos fatores para que a economia nacional tenha sucesso, tanto na exportação de grãos, como na de carne bovina, aves e suínos, representando parcela considerável do PIB nacional.

Os produtores rurais, que tanto têm sofrido, com invasões de suas propriedades, com mercados desfavoráveis, com oscilação do câmbio e com uma política pública federal que não incentiva investimento no setor, merecem esse reconhecimento do povo do Paraná.

Nada mais justo do que homenagear esses produtores que tanto têm feito pelo nosso Estado e pelo país.

O reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Paraná é uma espécie de incentivo àqueles que contribuem imensamente para a economia de nosso Estado e da Nação, ao produzirem alimentos com respeito ao meio ambiente, o que só é possível em razão da tecnologia empregada na produção e do apoio do cooperativismo.

Essas são as razões da apresentação deste projeto de lei, e contamos com o voto favorável dos senhores Deputados ao seu acolhimento.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

PARECER AO PROJETO DE LEI 017/12



Projeto de Lei nº 017/12

Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Institui a medalha de mérito agropecuário "Excelência da Produção".

EMENTA: FICA INSTITUÍDA A MEDALHA DE MÉRITO AGROPECUÁRIO "EXCELENCIA DA PRODUÇÃO", DE FREQUENCIA ANUAL A SER CONCEDIDA A PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS INSTALADAS NO ESTADO DO PARANÁ. ARTIGO 33-A E 124 DO REGIMENTO INTERNO. ARTIGOS 12, VIII, 65 E 151, III DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 23, VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, institui a medalha de mérito agropecuário "Excelência da Produção", a qual será entregue aos homenageados em sessão solene a ser realizada preferencialmente no dia 28 de julho de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1993 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Outrossim, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Corrobora deste entendimento o artigo 12, VIII, e 151, III, do mesmo diploma legal, prescrevendo que:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Art. 151. A política de desenvolvimento urbano visa assegurar, dentre outros objetivos:

III - a preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária;

Alinda, nesse sentido, a Constituição Federal contribui afirmando em seu artigo 23, VIII, que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa, bem como vislumbra-se que o ora projeto está em consonância aos ditames constitucionais.

No que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 03 de julho de 2012

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR

APROVADO

03/07/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 017/2012

Projeto de Lei nº 017/2012

Autor: Deputado Pedro Lupion

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo instituir a Medalha de Mérito Agropecuário "Excelência da Produção".

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei visa instituir a Medalha de Mérito Agropecuário "Excelência da Produção".

O reconhecimento pela Assembleia legislativa do Paraná é uma espécie de incentivo aqueles que contribuem imensamente para a economia de nosso Estado, ao produzirem alimentos com respeito ao meio ambiente, o que só é possível em razão da tecnologia empregada na produção e no apoio do cooperativismo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante da exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude do Incentivo
apresentado aos Agropêcuários do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2012.



DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE



DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18



PROJETO DE LEI Nº 193/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 03 MAIO 2012

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"FAMEP - Federação das Associações
de Moradores do Estado do Paraná".

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Federação das
Associações de Moradores do Estado do Paraná", com sede e foro no município de
Londrina/PR.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 02 de maio de 2012.

PR. EDSON PRACZYK

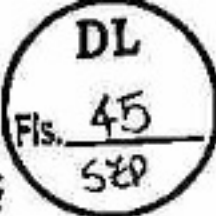
Deputado Estadual/PRB

18/12 03:05:28 12 082681 DP 2012/05/02 11:00:00



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/2012



Projeto de Lei nº. 193/2012

Autor: Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **FAMEP – Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná**, com sede e foro no Município de Londrina.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FAMEP – Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná**, com sede e foro no Município de Londrina.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

Fls. 47

SEP

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto à não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

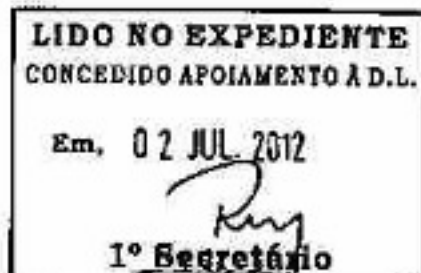


DEP. RASCA RODRIGUES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº

316/12



SÚMULA: Institui o Setembro como o Mês da Bicicleta, no âmbito do Estado do Paraná, e adota outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Mês da Bicicleta, Em todo território do Estado do Paraná a ser comemorado anualmente durante o mês de Setembro.

Parágrafo único. O mês ora instituído passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Mês da Bicicleta terá caráter de evento oficial, objetivando mobilizar o Poder Público, iniciativa privada, comunidade acadêmica, escolar e outros segmentos organizados da sociedade, que juntos concentrarão esforços no desenvolvimento de atividades, ações e campanhas que esclareçam e incentivem o uso da bicicleta como meio de transporte eficiente e sustentável.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 3º As atividades a serem desenvolvidas no Mês da Bicicleta consistirão em:

I - estimular o desenvolvimento de ações educativas destinadas às crianças, adolescentes e adultos, sobre o uso correto da bicicleta como meio de transporte sustentável nas cidades paranaenses.

II - realização de atividades educativas e recreativas alusivas à data em órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Rede Pública de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná, Universidades Estaduais e outros.

III - As atividades educativas serão elaboradas, organizadas e ministradas pelo Poder Público e segmentos da sociedade paranaense, obedecendo princípios éticos e morais nos espaços disponibilizados a realização das atividades constantes do cronograma do Mês da Bicicleta, podendo ser abordadas as seguintes ações:

- a - arte e bicicleta;
- b - mobilidade;
- c - ciclecine;
- d - passeios ciclísticos;
- e - cartazes;
- f - adesivos;
- g - realização de palestras
- h - peças teatrais
- i - outros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2012.



RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA:

Setembro é tido no Brasil como o mês da mobilidade sustentável. Nos últimos anos, frequentes eventos e debates reforçam a ideia da consciência e da necessidade de soluções que possibilitem aos cidadãos sua locomoção de forma alternativa. Neste sentido segmentos organizados da sociedade, se envolvem na promoção de atividades e comemoram no dia 22 de setembro o Dia Mundial Sem Carros. Na data em diversas cidades brasileiras são realizadas pedaladas e outros eventos visando chamar a atenção para situação caótica do trânsito nos grandes e médios centros urbanos.

Em diversas partes do planeta, administradores públicos se reúnem e buscam novas soluções para o planejamento urbano moderno. Dentre as soluções adotadas estão os espaços destinados a outros modais de transporte além dos utilizados. Na concepção desta nova realidade a bicicleta aparece entre os meios de transporte mais eficazes para a melhora das atuais condições do trânsito das cidades. A bicicleta é destaque devido à facilidade de locomoção, agilidade no trânsito e custo benefício na adequação dos espaços próprios para o uso deste modal nas vias públicas já existentes. Testes realizados com a bicicleta em diversas cidades comprovam sua superioridade diante de outros veículos na economia de tempo em traslados pré-determinados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



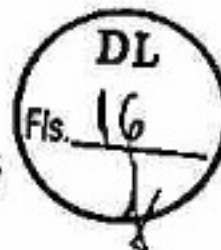
O Além da facilidade de locomoção, outros benefícios são comprovados pelo uso da bicicleta, dentre eles encontram-se a perda calórica, aumento da força muscular dos membros inferiores, abdômen, glúteos, parte inferior das costas, melhora da função cardiovascular dentre outros. Especialistas em fisiologia e em medicina esportiva indicam o ato de pedalar a indivíduos que querem iniciar ou retomar a prática da atividade física por impor menor impacto às articulações. Esta atividade é indicada as pessoas com sobrepeso e crianças, por exigir menor esforço na execução da tarefa. Outra peculiaridade da atividade é a maior resistência a patologias de fundo emocional, como as depressões, profissionais da saúde afirmam que o ato pedalar é um dos melhores remédios contra o estresse da vida moderna.

O Por entender a necessidade de soluções para a mobilidade em nossas cidades, apresento o presente projeto de lei que visa instituir no Estado do Paraná o Mês da Bicicleta, a proposta tem como objetivos principais a divulgação e conscientização da população paranaense sobre a importância do uso desse veículo no dia a dia da sociedade.

Sendo assim, solicito aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis que apoiem e aprovem a referida matéria.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 316/2012

Projeto de Lei nº. 316/2012

Autora: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Institui o Setembro como mês da bicicleta, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: INSTITUI O SETEMBRO COMO MÊS DA BICICLETA NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADMISSIBILIDADE, ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP.

INICIATIVA DA ALEP, ART 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

ARTIGOS 6º E 23, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART 12,

II DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGOS 141, II E 137§ 4º DO RI.

DA ALEP. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

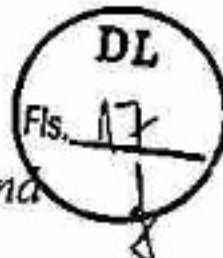
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, objetiva instituir o Setembro como mês da bicicleta, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange a admissibilidade do projeto em tela, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trás a seguinte redação:

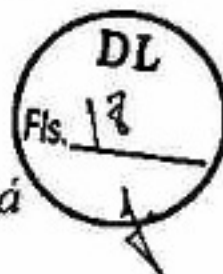
Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 delinela:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 6º, que são direitos sociais a educação, a saúde, o lazer [...]. No mesmo sentido, também incentivando a qualidade de vida, o artigo 23, II, do mesmo diploma legal diz que é competência comum da União cuidar da saúde e assistência pública, senão vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 12, II, que é de competência do Estado cuidar da saúde e assistência pública, senão vejamos:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Igualmente, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Contudo, com o propósito de não fulminar a essência do projeto em análise, sugere-se por esta Comissão, que o mesmo seja emendado na forma da "emenda modificativa", com fulcro nos artigos 141, II e 137, §4º, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, consoante se inferem abaixo.

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, bem como a técnica legislativa apropriada, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **emenda modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

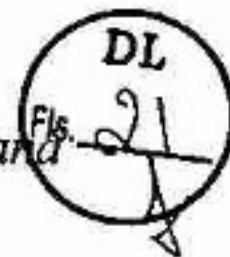
DEPUTADO CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 316/2012

Com fulcro nos artigos 137, § 4º e 141, II, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, os quais autorizam a modificação do texto sem descaracterizar sua essência, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação na súmula do projeto:

SÚMULA - Institui o mês de Setembro, no âmbito do Estado do Paraná, como "mês da bicicleta", e dá outras providências.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU NOURA
RELATOR

APROVADO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/2012

Projeto de Lei nº 316/2012
Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Institui o mês de Setembro, no âmbito do Estado do Paraná, como "mês da bicicleta", e dá outras providências.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 316/12, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues institui o mês de Setembro, no âmbito do Estado do Paraná, como "mês da bicicleta", passando a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 316/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva instituir o mês de Setembro, como "mês da bicicleta", objetivando "mobilizar o Poder Público, iniciativa privada, comunidade acadêmica, escolar e outros segmentos organizados da sociedade, que juntos concentrarão esforços no desenvolvimento de atividades, ações e campanhas que esclareçam e incentivem o uso da bicicleta como meio de transporte eficiente e sustentável".

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

[Signature] *[Signature]*

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição para o incentivo ao uso desse meio de transporte seguro, pelo bem estar e o desenvolvimento sustentável, que garante o meio natural às futuras gerações. O Projeto de Lei 316/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que o projeto não encontra óbice para sua tramitação, já que a proposta é de suma importância para o Paraná, valorizando a necessidade de se conscientizar o uso da bicicleta como um meio de transporte mais barato, saudável e sem malefícios ao meio ambiente.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 316/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 6 de agosto de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

Adelmo Ribeiro

Relator



Comissão de Esportes

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/2012

Projeto de Lei nº 316/2012

Autor: Rasca Rodrigues

Sumula: Institui o mês de setembro, no âmbito do Estado do Paraná, como "mês da bicicleta", e da outras providências.

Em análise ao presente Projeto de Lei, o deputado que este subscreve, nomeado relator da Comissão de esportes, em corroborando com os pareceres já exarados pelas doudas comissões de Constituição e Justiça e Obras Públicas, Transportes e Comunicação, por vislumbrar que a proposição esta revestida de legalidade e constitucionalidade, possuindo ainda boa técnica legislativa e ainda pelos benefícios relacionados a matéria em questão, opina favoravelmente pela devida tramitação do Projeto de Lei na forma como apresentada, podendo o mesmo merecer aprovação do soberano plenário desta casa legislativa.

É o parecer s.m.j

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

11 de setembro de 2012

Presidente

Ademir Bieri
ADEMIR BIER
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
STEPHANES JUNIOR

Deputado Estadual

DL

PROJETO DE LEI Nº

354/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 JUL. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Altera a Lei nº
10.476, de 15/10/1993, que
dispõe sobre concessão de
Utilidade Pública Estadual.

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10.476 de 15 de outubro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSEDS - Associação dos Servidores da secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 10 de julho de 2012.

STEPHANES JUNIOR

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA:



A presente propositura tem como finalidade específica alterar a denominação da entidade que representa, haja vista a mudança do nome da Secretaria de Estado.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 354/2012

Projeto de Lei nº. 354/2012

Autor: Deputado Estadual Stephanes Júnior

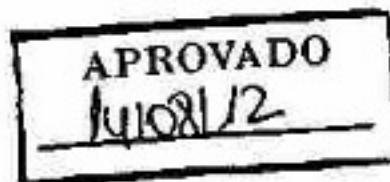
Súmula: ALTERA A LEI Nº 10.476, DE 15/10/93, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO QUE VISA CORRIGIR A TÉCNICA LEGISLATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, visa alterar a Lei nº 10.476, de 15/10/93, que dispõe sobre concessão de utilidade pública estadual, tendo em vista a mudança do nome da entidade para Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - ASSEDS.

FUNDAMENTAÇÃO



Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

O presente projeto de lei tem como finalidade apenas modificar o nome da entidade de Utilidade Pública, necessitando estar devidamente instruído com a cópia do estatuto que consta o novo nome da entidade e o CNPJ atualizado.

Diante do exposto, o presente projeto de lei não encontra óbices para sua normal tramitação.

No entanto, o projeto de lei em tela não respalda o artigo 10º da Lei Complementar Federal 95/98, tendo em vista que não segue a numeração ordinal:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

Desta forma, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 56
SEP

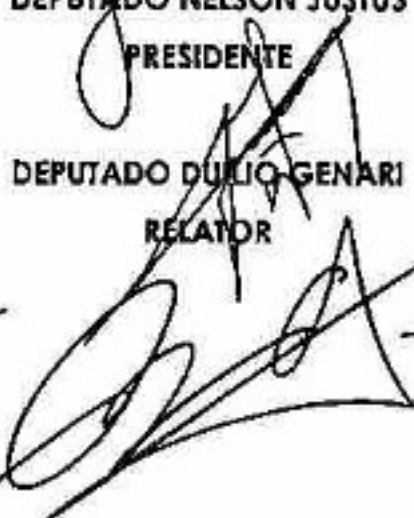
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 57
STD


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 354/12

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o artigo 9º do Projeto de Lei nº 354/12 para artigo 2º, passando a contar com a seguinte redação:




O

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná